



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA SUSEP/SUPERINTENDENTE/CGETI/COREI Nº 1/2019
PROCESSO Nº: 15414.621892/2018-20

(Processo Administrativo n.º 15414.621892/2018-20)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Autoridade Certificadora (ou Autoridade de Registro vinculada a uma Autoridade Certificadora) para emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil e raiz internacional, incluindo visitação local nas dependências da Susep pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Máximo Aceitável do item
1	1	Emissão de Certificado digital padrão ICP-Brasil do tipo A3 com validade de 3 anos (sem fornecimento de mídia) para pessoa física (e-cpf).	Certificado Unitário	150	R\$ 207,54	R\$ 31.131,00
1	2	Emissão de Certificados Digital do Tipo A1 para Servidores de Aplicação (SSL). ICP Brasil	Certificado Unitário	8	R\$ 992,76	R\$ 7942,08
1	3	Emissão de Certificados Digital do Tipo A1 para Servidores de Aplicação (SSL) raiz internacional	Certificado Unitário	5	R\$ 159,99	R\$ 799,95
1	4	Visita para Emissão de Certificado	Visitas	20	R\$ 181,00	R\$ 3620,00
Total						R\$ 43.493,03

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário

1.3. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Um Certificado Digital é um arquivo de computador que contém um conjunto de informações (chamado de chave privada, por dever estar de posse unicamente da entidade especificada no certificado) referentes à entidade para o qual o certificado foi emitido (seja uma pessoa física, pessoa jurídica, ou computador) mais a chave pública associada a esta chave privada.

2.2. O governo brasileiro tem adotado por padrão em seus sistemas, comunicações e transações seguras os certificados do tipo A3, voltados para utilização em uma Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP). Estes certificados são armazenados em um dispositivo compatível, capaz de gerar e guardar as chaves criptográficas e efetuar o processamento criptográfico assimétrico, de forma que as chaves geradas sejam protegidas contra leitura, modificação, utilização e substituição não autorizada.

2.3. A presente aquisição de serviço faz-se necessária em razão de permitir a certificação dos integrantes do quadro de funcionários da Susep, dos equipamentos e serviços de TI que necessitem de certificação para comunicação segura, e dos setores da Autarquia que necessitem de tal certificação por força de serviço.

2.4. A certificação do quadro de funcionários e de determinados setores da autarquia é primariamente necessária devido ao fato de que determinados Sistemas Estruturantes do Governo Federal exigem certificados digitais para permitir acesso dos Servidores da Susep, tais como COMPRASNET (para os pregoeiros), SGDP (Sistema de Gestão de Diárias e Passagens) entre outros.

2.5. Além disso, o uso de certificação digital permite em TI que se implemente 3 dos 4 elementos do modelo CIDA (Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade e Autenticidade), que é o modelo de representação de SIC (Segurança das Informações e Comunicações) adotado pelo governo brasileiro, conforme Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008. A Confidencialidade e a Integridade são obtidas através de criptografia digital, e a Autenticidade através de assinatura digital, ambas implementáveis através de certificação digital; isto permitiria aumento da segurança da troca de informações com o mercado supervisionado, seja por e-mail ou por sistemas com certificação implantada.

2.6. Há que se observar ainda que esta Autarquia contratou, via certame licitatório, serviços de Centro de Dados Externo (Data Center), no qual se sagrou vencedora a empresa Level3, atualmente CenturyLink. A fim de que o acesso aos dados e Sistemas armazenados neste Datacenter seja seguro e em conformidade com as características previamente citadas (confidencialidade, integridade, autenticidade), torna-se necessária a certificação digital dos elementos envolvidos por parte desta autarquia, com base nos padrões determinados pela ICP-Brasil e na Norma Complementar nº 09/IN01 GSI/PR. O acesso citado ao Data Center externo contratado tem como objetivo permitir principal a disponibilização dos sistemas e aplicativos da contratante, via internet, aos colaboradores devidamente identificados que se encontrarem fora de seu ambiente regular de trabalho e necessitem de acesso a informações por motivos profissionais em atividades externas à Susep, como em fiscalizações por exemplo.

2.7. Para o quantitativo de certificados A3 para pessoa física (e-cpf), fez-se uma análise detida do histórico de utilização dos últimos 3 anos:

2015	2016	2017	2018 (até junho)
113	133	73	40

2.8. Como previsão para o restante de 2018, considerando-se a validade de 3 anos do certificado A3, de julho até dezembro/15 emitiu-se 99 certificados, que deveriam ter sido renovados até o final do referido ano; portanto, a estimativa para 2018, se o contrato estivesse efetivo, seria de um total de 140 e-cpf. Aplicando uma margem mínima de segurança, chega-se a 150 certificados anuais.

2.9. A utilização da Internet e de computadores para troca de mensagens, documentos e outras transações entre cidadãos, empresas e governo, gerou a necessidade de uso de um mecanismo que assegurasse a autenticidade, confiabilidade e integridade das informações conforme já citado acima. O Certificado para Servidores Web Site Seguro é adotado como prática de segurança por todo tipo de organização que deseja proteger suas aplicações web. Ao utilizar um certificado para servidor web é possível habilitar o protocolo de segurança SSL/TLS (Secure Sockets Layer/Transport Layer Security), permitindo assim codificar dados que trafegam entre o computador do usuário e o servidor responsável pelo web site. O SSL (Secure Sockets Layer) é uma tecnologia segura que visa à codificação dos dados transferidos entre o computador de um usuário e um site da internet. O protocolo SSL, através de um processo de encriptação dos dados, previne que os dados transmitidos possam ser interceptados, ou mesmo alterados no seu percurso entre o navegador (browser) do usuário e o site com o qual ele está conectado, garantindo desta forma a troca de informações confidenciais.

2.10. Quanto ao quantitativo de certificados SSL, temos hoje 6 serviços certificados, com perspectiva de acréscimo de dois, o que totalizaria 8 certificados anuais.

2.11. A respeito do uso de certificados de raiz internacional, ao contrário dos anos anteriores, optamos por também utilizar certificados emitidos por Autoridades Certificadoras cuja cadeia de certificados seja reconhecida pelos principais navegadores, o que não acontece com a ICP - Brasil, mantendo o ICP-Brasil onde for essencial. A mudança de estratégia para este item visa a eliminar os erros exibidos para os usuários quando utilizando os principais navegadores, ao acessar sites que utilizam certificado ICP-Brasil, como tem sido sistematicamente verificado no portal de divulgação "www.meufuturoseguro.gov.br". Ressalte-se que o Decreto N° 8.359 de 08 de outubro de 2015 (0643159) dispõe, em seu artigo sexto, parágrafo primeiro:

"§ 1º O disposto no caput não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha."

Ademais, a questão é contemplada pelo próprio Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI - em seu site (<https://www.iti.gov.br/perguntas-frequentes/41-perguntas-frequentes/567-questoes-juridicas#cap5>):

78. Um órgão ou entidade integrante da Administração Pública Federal que queira utilizar certificado digital pode se valer de certificados emitidos fora da ICP-Brasil?

A resposta é positiva. Com a edição do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, tal possibilidade passou a ser expressamente prevista em norma. Seu art. 6º é expresso em admitir que a autoria, autenticidade e integridade do documento eletrônico sejam obtidos mediante a utilização dos certificados digitais ICP-Brasil, ou, consoante previsão do parágrafo primeiro desse mesmo artigo, outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha.

O referido Decreto padece de severas incongruências técnicas e jurídicas, pois apenas o certificado da ICP-Brasil, e nenhum outro, gera a certeza da validade jurídica do documento eletrônico, pois se sabe, com garantia legal (M.P. nº 2.200-2/01, art. 1º), quem assinou (autenticidade) e que o documento não sofreu qualquer modificação entre o emissor e seu destinatário (integridade).

Não significa dizer que não possam existir outros meios de comprovação de autoria e integridade documentais, conforme expressa previsão trazida pela própria M.P. 2.200-2/01, art. 10, § 2º:

O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

2.12. As visitas do item de licitação 4 do grupo 1 se prestarão a otimizar o tempo e facilitar os trâmites legais de documentos obrigatórios dos Servidores ocupantes dos cargos mais elevados da Autarquia. Neste sentido, visa-se evitar ausência por longos períodos do ambiente de trabalho por parte destes, em função de deslocamento até a Sede da Autoridade Certificadora, haja vista a importância das posições citadas quais, sejam: Coordenadores-Gerais, Diretores e Superintendente.

2.13. O quantitativo de visitas foi estimado pelo número de cargos para os quais as visitas estariam disponíveis.

2.14. Como as visitas do item 4 deverão ser executadas em conjunto com a emissão de certificados dos itens 1,2 ou 3, faz-se necessário o agrupamento dos itens para poderem ser realizados pela mesma contratada.

2.15. Para estimativa de valores unitários, utilizamos o valor médio de contratações por outros órgãos que consideramos equivalentes em objeto e em quantidades semelhantes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. O objeto item de licitação 1 do grupo 1, Certificado digital padrão ICP-Brasil do tipo A3 com validade de 3

anos para pessoa física, deverá ter as seguintes características:

3.1.1. O Certificado Digital deverá ser emitido por Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

3.1.2. Deverá ser do tipo A3;

3.1.3. Deverá ser emitido sob a hierarquia vigente da ICP-Brasil;

3.1.4. Deverá ser do tipo e-CPF;

3.1.5. O Certificado Digital deverá ter validade de 3 (três) anos, contados a partir da data de emissão

3.1.6. O prazo de garantia para correção e atualização do certificado, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, é de 12 meses, contados da data de recebimento pela CONTRATANTE;

3.1.7. Este serviço NÃO inclui fornecimento de mídia criptográfica, cuja aquisição é de inteira responsabilidade da CONTRATANTE;

3.1.8. As mídias referidas no item acima atualmente em posse da CONTRATANTE, bem como futuras aquisições serão unicamente de equipamentos (tokens) homologados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da

Informação;

3.1.9. Será de responsabilidade da CONTRATANTE despesas decorrentes de invalidação do certificado digital por uso incorreto, perda ou extravio de mídia criptográfica.

3.2. O objeto item de licitação 2 do grupo 1, Certificado Digital do Tipo A1 para Servidores de Aplicação, deverá

ter as seguintes características:

3.2.1. O Certificado Digital deverá ser emitido por Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

3.2.2. Deverá ser do tipo A1;

3.2.3. Deverá ser emitido sob a hierarquia vigente da ICP-Brasil;

3.2.4. Deverá possuir chave de 2048 (dois mil e quarenta e oito) bits;

3.2.5. Deverá possuir algoritmo de assinatura SHA256;

3.2.6. Deverá ter como finalidade a identificação de servidor web, permitindo utilização do protocolo SSL;

3.2.7. Deverá ter as propriedades de "Autenticação do Servidor" e "Autenticação de cliente";

3.2.8. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro;

3.2.9. O Certificado Digital deverá ter validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de emissão do certificado;

3.2.10. O prazo de garantia para correção e atualização do certificado, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, é de 1 (um) ano, contado da data de recebimento dos certificados pela CONTRATANTE;

3.3. O objeto item de licitação 3 do grupo 1, Certificados Digital do Tipo A1 para Servidores de Aplicação (SSL)

raiz internacional, deverá ter as seguintes características:

3.3.1. O Certificado Digital deverá ser emitido por Autoridade Certificadora (AC) com padrão de Raiz internacional e reconhecimento mundial, em conformidade WebTrust;

3.3.2. Deverá ser do tipo A1;

3.3.3. Deverá ser emitido sob hierarquia vigente da respectiva autoridade raiz;;

3.3.4. Deverá possuir chave de 2048 (dois mil e quarenta e oito) bits;

3.3.5. Deverá possuir algoritmo de assinatura SHA256;

3.3.6. Deverá ter como finalidade a identificação de servidor web, permitindo utilização do protocolo SSL;

3.3.7. Deverá ter as propriedades de "Autenticação do Servidor" e "Autenticação de cliente";

3.3.8. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro;

3.3.9. O Certificado Digital deverá ter validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de emissão do certificado;

3.3.10. O prazo de garantia para correção e atualização do certificado, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes da autoridade raiz, é de 1 (um) ano, contado da data de recebimento dos certificados pela CONTRATANTE

3.4. O objeto item de licitação 4 do grupo 1, Visita para Emissão de Certificado, deverá ter as seguintes características:

3.4.1. Visita de representante da contratada para emissão de certificado nas dependências da contratante;

3.4.2. As visitas deverão ser realizadas na Sede da Susep e nos seus escritórios Regionais (SP e DF).

3.4.3. Cada visita técnica deverá ser capaz de emitir, no mínimo, 1 e no máximo 4 certificados

3.4.4. As visitas deverão ocorrer em dias úteis, em horário comercial e sua duração variará de acordo com a quantidade de usuários agendados para o dia, respeitados quantitativos máximos e mínimos.

3.4.5. A Susep proverá espaço físico para realização das visitas e acesso à internet. Os demais equipamentos e serviços necessários para emissão de certificados deverão ser providos pela contratada.

3.4.6. O prazo de atendimento, depois de realizado o chamado, é de até 2 (dois) dias úteis;

3.4.7. A contratada deverá atender a solicitações por visitas locais somente quando realizadas pelo gestor do contrato.

3.4.8. Caso as autoridades e servidores que receberiam certificados não compareçam à presença do representante da contratada nas dependências do órgão, o serviço de visita local será considerado como tendo sido prestado.

3.4.9. As visitas atenderão somente emissão de certificados e-cpf para ocupantes de Cargos de Coordenação-Geral, Diretores ou Superintendente, ou certificados SSL, que precisam ser autorizados por representante legal da contratante.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado Sistema de Registro de Preços, Decreto 7.892/2013.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Trata-se de serviço de natureza continuada, porém não ininterrupto - é executado por demanda da contratante

5.1.2 O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser

prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.2. O vencedor da licitação deve apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. Haverá necessidade de prestação de serviços presenciais, conforme definidos no item 6.5 abaixo.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

6.2. A emissão dos certificados se dará mediante a expedição de Ordem de Serviço (O.S.) específica à CONTRATADA;

6.3. A Ordem de Serviço (O.S.) será encaminhada à CONTRATADA por correio eletrônico ou sistema equivalente (como um sistema de chamados próprio da CONTRATADA em sítio de internet, por exemplo);

6.4. O procedimento de verificação dos documentos pessoais para o item de licitação 1 do grupo 1, e também a validação de documentos do Representante Legal da Susep para os itens de licitação 2 e 3 do grupo 1, incluindo em ambos os casos a coleta de eventuais assinaturas e dados biométricos necessários, deverá ser prestado em endereço indicado pela contratada, exceto no caso da visita do item de licitação 4 do grupo 1.

6.4.1. A contratada deverá disponibilizar endereços nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, onde os servidores da Susep poderão apresentar documentação e realizar a validação presencial com vistas à emissão ou renovação do certificado digital.

6.5. As visitas do item de licitação 4 do grupo 1 ocorrerão nas instalações da contratante (sede e representações). Como referência, seguem os endereços:

Sede (Rio de Janeiro, RJ)	Av. Presidente Vargas, 730 Centro, Rio de Janeiro, RJ CEP 20017-900
Brasília, DF	Setor Bancário Sul, Quadra 1 - BL.K - 13º andar Brasília, DF CEP 70093-900
São Paulo, SP	Rua Formosa nº 367 - 26º andar, São Paulo, SP CEP 01049-000

6.6. Para todos os serviços descritos, a CONTRATADA prestadora dos serviços poderá utilizar-se também da sua rede credenciada de Autoridades de Registro, se for o caso, vinculadas à sua Autoridade Certificadora, desde que haja anuência prévia da CONTRATANTE.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1. A emissão dos certificados se dará mediante a expedição de Ordem de Serviço (O.S.) específica à CONTRATADA;

7.2. A Ordem de Serviço (O.S.) será encaminhada à CONTRATADA por correio eletrônico ou sistema equivalente (como um sistema de chamados próprio da

CONTRATADA em sítio de internet, por exemplo);

7.3. Caso ocorram eventuais problemas durante o prazo de validade dos Certificados Digitais A1 (12 meses) que tenha sido causada pela CONTRATADA e que inviabilize seu uso, a CONTRATADA deverá reemitir ou substituir qualquer certificado por outro novo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

7.4. Para os Certificados Digitais A3, caso ocorram eventuais problemas durante o prazo de validade (36 meses) que tenha sido causada pela CONTRATADA e que inviabilize seu uso, a CONTRATADA deverá reemitir ou substituir qualquer certificado por outro novo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos

empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

9.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.16. Apresentar Relatório mensal de serviços prestados, incluindo cálculo de valores a pagar, até o 5º dia útil de cada mês

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Só será permitida subcontratação nos casos já previstos neste termo de referência no item [6.6](#) e com a devida anuência da contratante.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666,

12.8. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.8.1. Aprovar ou reprovar o relatório mensal de serviços prestados em até 10 dias úteis após entrega;

12.8.2. Em caso de reprovação, conforme item anterior, serão concedidos até 5 dias úteis para correção de eventuais erros;

12.8.3. Após aprovação pelo Gestor de Contrato, autorizar emissão de nota fiscal;

12.8.4. Aceite e quitação da nota fiscal em até 15 dias úteis após recebimento;

12.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços prestados no período, nos termos abaixo.

13.2. No prazo de até 5 dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, com relatório de prestação de serviços;

13.3. No prazo de até 10 dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a fiscalização do contrato avaliará o relatório, e caso o mesmo seja aprovado, autorizará a emissão da Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

13.3.1. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado (conforme Anexo XI da IN 05/2017):

14.1.1. Ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da Nota Fiscal ou Fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu § 1º; ou

14.1.2. A trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, para os demais casos.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.4.1 o prazo de validade;

14.4.2. a data da emissão;

14.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.4.4. o período de prestação dos serviços;

14.4.5.o valor a pagar; e

14.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.6.1 não produziu os resultados acordados;

14.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$(6 / 100)$ $I = 0,00016438$

I = (TX)
anual = 6%

I = 365

TX = Percentual da taxa

15. REAJUSTE

15.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o ICTI exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

16.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

16.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

16.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

16.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não

adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

16.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

16.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

16.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.12. Será considerada extinta a garantia:

16.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

16.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

16.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. Executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não manter a proposta.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem

prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa moratória de 0,5 % (meio ponto por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

17.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.3.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4 No caso de inexecução das condições da visita, seja por não comparecimento da contratada na data agendada, seja por não emissão de certificado agendado, fica a contratada sujeita a glosa de até 10% do valor contratual da visita.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano

causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Como critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor, adotamos:

18.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. Valor Global: R\$ 43.493,03 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e três centavos)

18.4.2. Valores unitários: conforme item [1.1.](#)

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

19.2. Tal valor foi obtido por valor médio de valores de compras governamentais recentes de itens equivalentes, devidamente listados no Processo Administrativo n.º 15414.621892/2018-20.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2019



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO SCHENKEL DE CARVALHO (MATRÍCULA 1818500)**, **Coordenador**, em 08/08/2019, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BATISTUZZO (MATRÍCULA 1958552)**, **Analista Técnico da SUSEP**, em 08/08/2019, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS MOTTA LIMA DA CRUZ (MATRÍCULA 1195985)**, **Analista Técnico da SUSEP**, em 08/08/2019, às 15:53, conforme artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .

Nº de Série do Certificado:
117226318876323980765662374571910048878



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador **0529361** e o código CRC **5030F04E**.

Referência: Processo nº 15414.621892/2018-20

SEI nº 0529361